

A dificuldade de manter todos os projetos

por Mateus Kacowicz
de São Paulo

A vantagem de se dispor de uma farta área agrícola, Sol abundante e vontade de mudar a forma do perfil de oferta energética no País não foi suficiente para que este perfil tenha sido alterado em profundidade. Queimados os primeiros cartuchos ao longo dos últimos anos, foi só no primeiro semestre deste que o governo e empresários concluíram que seria boa prática decretar um cessar-fogo e redefinir os alvos de seus esforços. E é principalmente esta fase de meditação, provocada pela dificuldade de manter em paralelo ambiciosos programas de investimentos, que marca a etapa do que poderá ser uma redefinição da política energética brasileira.

Em rápidos traços, o comportamento dos vários segmentos de oferta de insumos energéticos indica que se procuram respostas para algumas questões importantes surgidas ao longo da fase de esforços para superar a dependência brasileira do subsolo alheio, tornada aguda com a rápida elevação dos preços do petróleo.

Algumas respostas vieram rápidas, como o lançamento do Proálcool e a igualmente rápida evolução das reservas brasileiras de petróleo. Mas, estruturalmente, pouco mudou. O perfil da demanda — que em última análise será o responsável pelo sucesso na superação da dependência — mal chegou a mover seu corpo pesado, abrindo mão de um pouco de petróleo por um pouco de carvão e mais um pouco de energia elétrica.

Mas, se o mercado energético pressiona no sentido de uma redução do ritmo da economia, a queda neste ritmo também realimenta a fraqueza do mercado. Desse forma, fica camuflado o fato de que, por exemplo, os investimentos em energia elétrica têm declinado com relação às exigências do mercado consumidor potencial.

Neste caso específico, as taxas de investimentos, da demanda e da capacidade instalada estão em divergência. As au-

toridades energéticas vêm prevendo uma taxa histórica de crescimento da demanda da ordem de 12% ao ano, ao passo que os investimentos, tomados em moeda constante, têm crescido a 10,1% ao ano, em média. Se este fato, por si só, é potencialmente perigoso, já que torna vulnerável a economia pelo lado de seu insumo mais importante, ele também guarda uma reserva de tempo: com o desaquecimento da economia nos últimos meses, as taxas de consumo de energia elétrica têm caído, o que representa um adiamento por prazo não definido da crise de abastecimento do mercado de energia elétrica temida por alguns técnicos.

Uma outra parcela de oferta deste mercado, composta pelos reatores nucleares a serem construídos em decorrência do acordo com a Alemanha, continua sendo centro de controvérsias e notícias conflitantes, com o Ministro das Minas e Energia voltando atrás em suas declarações a respeito da quantidade de usinas a serem implantadas na localidade de Peruíbe, São Paulo. A sucessão de declarações de autoridades, ministros da área energética ou não, reafirmando que o acordo com a Alemanha "continua, mas em consonância com a realidade econômica brasileira", configura — também nesta área — uma situação de readequação do escopo do tratado para um nível de atividade mais baixo, embora ainda não haja indicações de quão mais baixo irá ficar.

O último semestre marcou igualmente limitações



César Cals

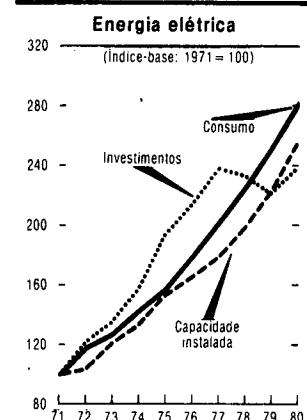
cação do álcool será de substituir o derivado leve do petróleo, a gasolina, seja misturada, sob forma anidra, em proporções que variarão conforme as disponibilidades, seja hidratado, abastecendo a frota já convertida.

As demais frações do petróleo, por seu lado, estão longe de terem merecido a mesma atenção que a gasolina, mesmo tendo uma influência bem mais marcante sobre a economia interna do País. O carvão nacional teve suas metas de produção reduzidas de 27 milhões para cerca de 17 milhões de toneladas, dada a carência de recursos e a lentidão com que os estímulos oficiais fluíram para o setor. Além disso, ainda não há maiores definições quanto à sua melhor utilização, pois ainda se discute se é melhor queimá-lo na boca da mina para gerar energia elétrica, gaseificá-lo junto aos consumidores, queimá-lo puro ou misturado ao óleo nas indústrias.

Mas estas indefinições — às quais se deve acrescer a do ainda incipiente "Proóleo", que está a esperar por uma formalização que o institucionalize — permitem vislumbrar que a base da oferta de insumos energéticos portáteis, o petróleo, representa ainda a maior preocupação do governo.

Neste sentido, a Petrobrás tem apresentado resultados senão espetaculares, pelo menos bastante positivos. As reservas de petróleo, seja por via de novas jazidas, seja pela ampliação do óleo recuperável nas jazidas já conhecidas, através de métodos de recuperação secundária e terciária, têm permitido aumentar a produção nacional para a casa dos 230 mil barris diários, que deverão chegar aos 280 mil no final neste ano.

Assim, a rápida superação do volume de recursos alocado para o financiamento de destilarias, provocando a suspensão de aprovação de novos projetos, está sendo entendida como uma parada para reestudo do verdadeiro papel que o álcool carburante terá na oferta energética no futuro. Já há consenso quanto ao fato de que o álcool, por mais bem-sucedido que tenha sido, não é uma panaceia que solucionará todas as carências energéticas brasileiras. Segundo já tem sido manifestado com frequência pelo governo, a vo-



Fonte: Eletronor, Cespe e Centro de Informações da Gazeta Mercantil